

Uma Abordagem da Teoria do Complexo de Segurança sobre as águas transfronteiriças do Rio Jordão

Clayton Ângelo Silva Costa e Letícia Britto dos Santos¹⁹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo abordar as características do complexo de segurança no setor de Meio Ambiente sobre a temática das águas transfronteiriças da bacia do Rio Jordão no Oriente Médio. Para tanto, relata-se os interesses que norteiam as relações de segurança entre os Estados envolvidos no gerenciamento dos recursos hídricos dessa bacia, a qual é marcada por conflitos envolvendo fronteiras, interesses étnicos latentes e alinhamentos ideológicos de ligações históricas. Esse quadro, segundo Buzan (2009), demonstra a característica de insegurança com diversas forças de poder, já que os Estados estão em um subsistema de segurança regional que podem ser vistos em termos de padrões de amizade e inimizade confinados em uma área geográfica particular, no caso, o compartilhamento das águas transfronteiriças do Rio Jordão e do interesse pelo controle ou compartilhamento desse recurso hídrico.

Palavras-chaves: Complexo de Segurança, Gestão de recursos hídricos Transfronteiriços e Bacia do Rio Jordão.

1. Introdução

A questão da Segurança para as Relações Internacionais variou ao longo do tempo. Durante os anos da Bipolaridade comandada pelos EUA e pela URSS, o enfoque militar foi central. Mas, com o desaparecimento desse conflito no final da década de 1980 e início da década de 1990, o enfoque desse campo de pesquisa abriu portas para a Economia e o Meio Ambiente. O conceito de segurança passou a ser

tratado em outros termos, com uma visão ampliada e não mais restritiva.

Thomas (1987) afirma que a segurança não se referiria somente à dimensão militar, mas uma maior, que englobasse toda a existência do Estado, por sistemas seguros de alimentação, de saúde, do monetário, de comércio e ambiental (Thomas, 1987). Mathews (1991) procura apontar as mudanças climáticas e a devastação ambiental como as maiores fontes de insegurança nos anos noventa, que serão os grandes desafios do novo milênio. O declínio ambiental pode levar ocasionalmente a conflitos, especialmente quando recursos hídricos escassos precisam ser compartilhados, como é o caso dos países da bacia do Rio Jordão.

O trabalho será estruturado em uma sessão única relacionando as principais características relativas à teoria do complexo de segurança no setor de Meio Ambiente aplicada a geografia do Rio Jordão e as seguintes variáveis do Modelo de Complexo de Segurança: distribuição de poder, arranjos das unidades, padrões de amizade e inimizade, instituições primárias relevantes, fronteiras, Penetração de potências externas e sobreposição, mudanças/continuidades estruturais.

2. A Teoria do Complexo de Segurança aplicada à Bacia do Rio Jordão

O campo de estudos de segurança tem se tornado um dos mais dinâmicos e contestados das Relações Internacionais nas últimas décadas (Willians 2003 *apud* Barbosa, 2008). Dentre os formuladores da abordagem dos novos temas de securitização encontra-se a Escola de Copenhague, um corpo de pesquisa associado principalmente aos trabalhos de Barry Buzan e Ole Waever, que tem desenvolvido um instrumento relevante, chamado Teoria da Securitização. Essa teoria destaca a natureza política do “fazer” segurança,

¹⁹ Clayton Ângelo Silva Costa, Professor do Cefet Curvelo, Doutorando em Relações Internacionais/PUC-MG, e Letícia Britto dos Santos, Mestranda em Relações Internacionais/PUC- MG.

desafiando a abordagem tradicional de segurança e introduz uma perspectiva social construtivista que considera o modo como os problemas são transformados em questões de segurança. (Barbosa, 2008)

A Teoria da Securitização, da Escola de Copenhagen, entende que essa ideia de segurança é construída e que a audiência é convencida discursivamente quanto ao risco. Para tanto, deve-se perguntar: “o que é segurança?”, “quem define segurança?”, “quais atores estão envolvidos neste processo?” e “o que se caracteriza como ameaça à segurança?”. Segundo McDonald (2005), segurança é um termo que possui diferentes significados, para diferentes grupos de pessoas, em diferentes momentos e situações.

A segurança é entendida a partir da proteção dos valores fundamentais das nações às ameaças potenciais, reforçando a responsabilidade de lidar com os fatores vulneráveis. O fato de legitimar uma questão politicamente, sobretudo de aceitar o argumento de que a definição de uma questão é um problema de segurança, permite medidas de respostas políticas excepcionais (Buzan *et al*, 1998).

As concepções de segurança que se concentram exclusivamente na preservação territorial do Estado-nação continuam sendo a forma mais comum pela qual a segurança é entendida na política internacional contemporânea. Mas, a definição de "segurança" passa por mudanças progressivas na forma como é entendida e praticada na política global. (McDonald, 2005).

McDonald (2005) classifica os estudos sobre segurança ambiental em “ondas” na qual os autores, na “Primeira Onda de Análise de Segurança Ambiental”, contestavam as concepções e práticas limitadas dos estudos tradicionais de segurança. Essa ideia era baseada na seguinte suposição: como a questão de segurança deveria ser focada na sobrevivência da humanidade, e as questões ambientais passaram a ameaçar justamente a sobrevivência da humanidade, essas passaram a ser incluídas na agenda de segurança.

Segundo Buzan *et al* (1998), com o fim da bipolaridade após a Guerra Fria e um maior espaço para a globalização e integração dos países, advento de uma nova configuração internacional, o conceito de Segurança Internacional para as Relações Internacionais não só passou por uma ampliação de seu escopo, como também buscou compreender o que realmente significava segurança. Deixou de basear-se somente na visão clássica realista e deu espaço para novas perspectivas do estudo de Segurança. Além da questão militar, novos fenômenos passaram a ser considerados como ameaças aos Estados e aos indivíduos, tais como: redes terroristas, crises econômicas, epidemias mundiais e variações

ambientais, que são consideradas riscos globais. A agenda ampliou-se em relação à agenda tradicional. Com isso, o estabelecimento de uma agenda de segurança não depende somente dos esforços dos agentes; é necessário que a questão apresentada seja reconhecida como uma ameaça à segurança, pois, para a Escola de Copenhague, as ameaças à segurança são construídas através da interação social (Buzan, 1997).

Entretanto, para o modo tradicional de análise de segurança (político-militar), a segurança mundial pode desenvolver um cenário distinto do que foi traçado anteriormente, ela parte da escala global para a escala regional. Surgindo assim a ideia de subsistema – definida por Haas (1970, 100) como “qualquer conjunto” do sistema internacional. Haas (1974) e Brecher (1973) tentaram elaborar estruturas com o intuito de subordinar subsistemas baseados no que constituiria uma região, reforçando a preocupação do espaço geográfico em escala regional. A problemática ambiental, mais propriamente a visão de segurança na Bacia do Rio Jordão, se enquadra nesse contexto.

Buzan (1991) desenvolveu a teoria da segurança regional, bem quista no meio acadêmico. O autor define que em termos de segurança, “região” significa que há um subsistema distinto e significativo de relações de segurança, entre um grupo de Estados, cujo destino está determinado pela proximidade geográfica em que se encontram. (Buzan, 2003). Essa definição é pertinente à Bacia hidrográfica do Rio Jordão, a qual se estende pelos territórios da Síria, de Israel, do Líbano e da Jordânia frente às águas transfronteiriças, que a insere como um subsistema.

Buzan (1991) afirma que ao se definir segurança regional o principal elemento que deve ser adicionado às relações de poder é o padrão de relações amistosas ou de inimizade entre Estados. Para isso, tem-se para a primeira relação, as expectativas de proteção e apoio e para segunda, a desconfiança e o medo. Todas essas características, com maior ou menor intensidade, podem ser vistas no subsistema do Rio Jordão. Portanto, para Buzan (1991), pode-se perceber a sensação dos padrões de relacionamento e a característica de insegurança ao invés do equilíbrio de poder.

Em virtude dos complexos de segurança serem, em parte, entidades geográficas, as diferenças são gritantes entre os Estados inseridos em um mesmo complexo (Buzan, 1991), como é propriamente o caso do complexo de segurança da bacia do Jordão, que está recheado de desigualdades frente aos aspectos de amplitude expressivos, tais como traços culturais, religiosos, étnicos e não obstante os aspectos: econômico, político, ambiental e social com patamares bem distintos um dos outros, tornando um complexo de segurança totalmente complexo. E é essa gama de

diversidades existenciais nessa área que se têm a identidade peculiar desse complexo.

Para a compreensão do complexo de segurança aplicado ao recurso hídrico Jordão, é importante passarmos pela geografia do Oriente Médio onde a bacia do referido recurso está localizada.

O Oriente Médio é uma região de escassez crítica de água, que teve ao longo de sua história disputas pelo compartilhamento desse recurso indispensável à vida humana, a economia e ao desenvolvimento de um país. O caso da bacia do Jordão corrobora, portanto, a importância de se incluir a dimensão hidropolítica nos estudos estratégicos daquelas regiões em que um alto nível de interdependência hidrológica atua como características proeminentes de suas relações internacionais (Schulz 1995, 120).

A relação entre recursos hídricos e segurança nacional em regiões áridas e semiáridas como no Oriente Médio, onde a água é um material de sobrevivência humana e Estatal, é importante para o equilíbrio de poder entre as nações e os povos, formando uma comunidade de segurança ambiental. Dentre os setores dos Complexos de Segurança propostos pela Escola Inglesa, o Meio Ambiente se encontra como: “a manutenção da biosfera local e planetária enquanto sistema de subsistência essencial do qual depende todas as outras atividades humanas”. (Buzan, 2003)

A água é fundamental para todas as atividades ecológicas e sociais, incluindo a produção de alimentos, energia, transporte, esgoto, indústria e saúde humana. Dessa forma, o temor pela insegurança hídrica é um aspecto do desencadeamento de conflitos e competição entre os povos. (Schulz, 1995)

Nesse caso, a Segurança seria mais voltada para a Segurança Humana, com o intuito de proteger um recurso fundamental para a sobrevivência de um povo, o qual muitas de suas atividades de sobrevivência dependem dele. O que se caracteriza como ameaça é a instabilidade encontrada na região em função dos conflitos desencadeados que envolvia este recurso. Os atores envolvidos neste processo são os países que compartilham a bacia.

O nível de análise escolhido para a bacia hidrográfica do Jordão foi o do subsistema internacional, de uma sub-região do Oriente Médio (Buzan, 2009) que possui características próprias e que compartilha o recurso hídrico com seus vizinhos. O Rio Jordão é compartilhado pela Síria, Líbano, Israel e Jordânia, caracterizando a área como região transfronteiriça, em virtude desses Estados serem co-usuários da água desta área situada na zona (ou faixa) de fronteira. Na

cartografia que se segue na Figura 1 é possível verificar tal:

Figura 1- Mapa da Bacia do Rio Jordão



Fonte: Aron 2000

Como pode ser observado na Figura 1, o Vale do Jordão é um importante trecho de fronteira entre Israel e Jordânia. O Rio Jordão atravessa o Lago Hulé, segue pelo Mar da Galileia e deságua no Mar Morto, sendo que em seu trecho final o rio corre margens desérticas, abrindo espaço para sua principal característica, o aumento da salinidade à medida que avança para o Mar Morto. (Adelman, 2011).

É importante salientar que 80% do curso do Rio Jordão está situado em Israel e Jordânia, sendo que hoje os recursos hídricos disponíveis na Jordânia são inferiores aos de Israel. Esses Estados dividem o escasso recurso hídrico, cujo histórico é de rivalidades e interesses antagonicos. Soma-se a esses principais atores

envolvidos no processo de segurança, os países: Síria e Líbano. Ao longo de sua história o rio teve grande importância religiosa principalmente para os cristãos, segundo a Bíblia, foi o local onde Jesus foi batizado por João Batista, o que demonstra mais um motivo de conflito por um recurso de relevância ideológica. (Sánchez, 1992).

Jordão significa “aquele que desce”. A bacia é dividida em duas áreas: Alto e Baixo Jordão. No Alto Jordão estão as suas nascentes localizadas no Hasbani no Monte Hermon (Líbano), Dan (Israel) e Baniás (Colinas de Golã). Essa configuração geográfica foi palco de interesses e conflitos na bacia, o que elevou a importância do significado de território para se produzir os interesses hídricos. (idem, 1992).

Ainda na configuração geográfica mencionada podemos destacar o fato da nascente do Baniás localizar-se em uma área que pertencia à Síria desde a formação do seu Estado até o ano de 1967, ano marcado pela Guerra dos Seis Dias e que trouxe o território das Colinas de Golã para o poder de Israel, mudando sensivelmente as fronteiras políticas da região e a distribuição de poder entre as unidades principais. Nessa perspectiva, a fronteira apenas mostra os limites em um dado momento, pois está sujeita a transformações ou modificações ao longo da história (idem, 1992). Esse fato representou uma mudança estrutural no complexo de segurança do Rio Jordão, como pode ser resumidamente visualizado no Mapa 2.

Figura 2- Mapa de Mudanças de fronteiras



Fonte: ADELMAN, 2001

Sobre a luz histórica e as configurações geográficas mencionadas, percebem-se diversos fatores responsáveis por caracterizar a bacia hidrográfica do Rio Jordão como um espaço de ameaças à segurança que propicia à aplicação da teoria do Complexo

Regional de Segurança, desenvolvida por Buzan (1991).

A Escola de Copenhague apresentou a relevância dos aspectos regionais da segurança internacional. Com a Teoria do Complexo de Segurança Regional surgiu a necessidade de investigar a relação entre as variáveis domésticas, regionais e internacionais, já que, os complexos de segurança são resultados da anarquia do sistema internacional e consistem em subestruturas de um nível intermediário de análise, localizado entre as dinâmicas interestatais e sistêmicas de segurança. (Tanno, 2003)

A análise da Teoria de Buzan (1991) se inicia pela identificação da distribuição de poder, dos padrões de amizade e inimizade entre os Estados de uma determinada região, que no caso desse artigo é a relação entre os Estados vizinhos que compartilham a Bacia do Rio Jordão: Síria, Líbano, Israel e Jordânia. Segundo Buzan (1991), deve ser analisado também o nível de interdependência entre os estados; e deve ser também observado o fenômeno de sobreposição, que nesse caso é o que os EUA exercem sobre a região.

Segundo Tanno (2003), Buzan (1991) inicialmente acreditava que os complexos de segurança eram restritos para os setores político e militar.

Um complexo de segurança é definido como um conjunto de Estados cujas principais percepções e preocupações referentes à segurança são tão interligados que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada. (Buzan 1991, 198)

Buzan *et al* (1998) introduziu novos atores à análise de segurança e a utilização de abordagem construtivistas para revisão da "teoria clássica de complexo de segurança". Com isso, a teoria estendeu-se aos cinco setores: econômico, político, societal e ambiental. Esse último setor representa o caso em análise do complexo de segurança sobre a bacia do Rio Jordão. Segundo Tanno (2003), a nova definição da teoria do Complexo de Segurança permite que complexos sejam construídos sem ser somente pelos Estados, mas outros atores, como nações, grupos ambientalistas e comunidades epistêmicas podem formar os complexos. Nesta nova visão:

Um complexo de segurança é definido como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada. (Buzan *et al*, 1998, 201)

Dessa forma, a Bacia do Rio Jordão pode ser vista como um complexo de segurança, pois é definida por um conjunto de unidades, onde há um processo de securitização da água transfronteiriça. Tendo em vista que a água é um recurso escasso na região, e que, muitas das atividades dos países que compartilham o Rio Jordão dependem do mesmo para a sobrevivência de suas populações, a questão pode ser vista como uma ameaça à segurança humana, somado ao fato de que os problemas históricos sejam eles sociais, econômicos, militares não podem ser analisados de maneira separada em cada país. Todas essas questões estão interligadas em um complexo sistêmico, e o padrão de interdependência intensa dos Estados em relação ao Rio Jordão nessa região forma o Complexo de Segurança.

Um dos tentáculos da geografia que atenuam o conflito na bacia é o clima da região, classificado como Mediterrâneo, com altas temperaturas no verão e com chuvas apenas no inverno. Por causa da prevalência da aridez, a região possui um grande déficit hídrico. O maior consumo de água é para agricultura em suas margens, apesar de possuírem poucas terras consideradas aráveis. A estabilidade econômica e consequentemente a estabilidade política da região depende substancialmente da habilidade dos Estados assegurarem o abastecimento de comida para as suas populações, sendo o setor que mais sofre nos períodos de seca. Esse quadro torna a água o alvo das atenções na região da bacia do Rio Jordão (Adelman, 2011). Esse é outro aspecto importante que caracteriza os atores envolvidos no processo, qual é a ameaça à segurança que envolve estes atores políticos. Há outros fatores, tais como o crescimento da população, a rápida urbanização, a expansão dos projetos de irrigação e o desenvolvimento industrial que têm sido forças importantes que impulsionam a demanda por água. O grande problema da questão hídrica é que a oferta do recurso não aumenta, enquanto aumenta a demanda decorrente do crescimento populacional e da agricultura irrigada. Devido ao intenso uso de suas águas para consumo humano e para atividades agrícolas, o rio teve sua vazão original reduzida em 90% (Lowi, 1993).

Além disso, os níveis de poluição são bastante elevados, especialmente após o Mar da Galileia. Essas demandas incidem diretamente sobre a segurança hídrica e alimentar dos povos da região, tornando-a ainda mais susceptível a conflitos (Lowi, 1993). Segundo a Teoria do Complexo de Segurança, a ameaça que se tem nesse caso é a falta de um recurso indispensável à vida, que ameaça também a economia e o Estado, que deveriam ser protegidos (Buzan, 2003).

Dessa forma, o Meio Ambiente se torna uma ameaça transnacional mesmo que os Estados sejam os principais atores para promover a segurança; a degradação ambiental é uma ameaça à sobrevivência humana, que perpassa pelo conceito de segurança Humana²⁰ apresentado pelo PNUD nos anos 90 (United Nations Development Programme, 1994).

O Complexo de Segurança do rio Jordão contou com mudanças estruturais, divisões e transformações internas. Essa realidade se deve em parte a ideia de que os Estados precisam ter acesso a um recurso natural para usufruírem dele. A água é um recurso renovável e finito que está distribuído de maneira desigual, isto é, “sua distribuição natural não corresponde à sua distribuição política” (Ribeiro 2008, 17). A água pode ser motivo de poder e conflitos entre os Estados, pois o “controle e/ou a posse da água são, sobretudo, de natureza política” (Raffestin 1993, 231).

O uso inadequado da água resulta em sua degradação, o que exige sua gestão e controle. Nessa perspectiva, fazendo-se uso de um recorte histórico, podemos citar a Guerra de Independência de Israel (1948), onde o rei Abdullah, então monarca do reino da Jordânia, anexou à área da palestina que se localiza na margem oeste do rio Jordão (Cisjordânia), alterando a distribuição de poder entre as unidades principais (Lowi, 1993).

Já em Maio de 1950, houve arranjo das unidades e diferenciação entre elas, com transformações internas através da penetração de potências externas que se alinharam com os Estados dentro do complexo de segurança regional. As fronteiras originadas a partir do armistício entre Israel e seus vizinhos árabes foram endossadas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra no documento que ficou conhecido como Declaração Tripartite. A referida declaração esboça um caso de *overlay* por caracterizar o interesse das três potências. Com a estabilização das fronteiras através do armistício, Jordânia e Israel começaram a desenvolver projetos relativos à utilização dos recursos hídricos da bacia do rio Jordão. Contudo, a interpretação ambígua dos termos do armistício foi fonte de novas turbulências entre Israel e os seus vizinhos, redefinindo o padrão de amizade/inimizade na região, realidade essa, que deixou os países da bacia em estado de alerta (Machado e Steiman 2002, 10).

As principais preocupações e percepções de segurança desses Estados estavam interligadas, ameaçavam o seu vizinho e fizeram pressão como pode ser observado nas questões dos projetos polêmicos de drenagem que

²⁰ O conceito de segurança humana é centrado nas pessoas, preocupa com a forma como o ser humano vive em uma sociedade, se vivem em conflito ou em paz. O relatório afirma ainda, que a segurança humana é mais fácil de ser protegida pela prevenção precoce do que pela intervenção mais tarde, sendo a prevenção também menos custosa.

surgiram ao longo dos anos. Tendo a necessidade de trabalhar o manejo ambiental da bacia, o qual corresponde a uma parte da gestão integrada e consiste na preservação, ou conservação das fontes de captação de água na bacia visando o melhor aproveitamento e controle da água (Bressan, 1996). Nessa premissa, a Síria se opôs a eventuais planos israelenses. Mas em 1952, Israel liberou seu plano nacional para abastecimento interno, chamado: Plano Sete Anos. O desvio seria para a parte mais povoada e para o Deserto de Neveg.

A Jordânia, nação mais dependente do recurso hídrico, também estava preocupada com a possibilidade de Israel desviar a água. Retomando a situação de “*overlay*”, os Estados Unidos podem ser considerados como tal, pois foi uma figura forte que tentou se projetar sobre a região. Em meados dos anos 50, pensando que poderia resolver o conflito e as disputas de água na Bacia do Rio Jordão e reduzir as tensões na região facilitando a Resolução Árabe-Israel, os Estados Unidos enviaram o negociador Eric Johnston para tentar criar um ambiente estável entre Israel e os seus vizinhos, ao ponto de ser o provedor da negociação sobre recursos hídricos (Lowi, 1993). O resultado não foi como esperado neste momento. Mesmo com o fracasso dessa intervenção, reforça-se a atuação dos EUA como o *overlay* da bacia, por ter tido o interesse em exercer a sua influência a ponto de suprir as dinâmicas internas do complexo (idem, 1993). Logo, quando ocorre esse tipo de sobreposição não é possível identificar um padrão exclusivo a partir das dinâmicas locais e, conseqüentemente, a existência de um complexo derivado destas relações, pois, neste caso, são os interesses das potências externas que definem a agenda de segurança “na sobreposição de área” (Buzan *et al* 1998, 12).

Saindo dos tentáculos geográficos, os quais auxiliaram na compreensão da aplicabilidade da teoria do complexo regional à bacia do Rio Jordão, passamos para outras características inerentes a tal teoria, mencionando a situação do Estado de Israel, que reúne um conjunto maior de *capabilities* em relação à Jordânia, e que conseguiu desmobilizar os Estados árabes vizinhos às investidas militares contra o seu território (desde a assinatura do Tratado de Paz com o Egito, no final da década de 1970) e estava em uma posição ligeiramente mais favorável no que tange ao uso da água da bacia do rio Jordão em relação à Jordânia antes de 1994. Israel adotou a estratégia cooperativa no que diz respeito ao compartilhamento dos recursos hídricos desta bacia hidrográfica na ocasião da assinatura do Tratado de Paz em 1994 com a Jordânia. Nessa estratégia, Israel saiu perdendo em relação ao *status quo* (Lowi, 1993).

Temos também como características do complexo de segurança: as Instituições Primárias (Buzan, 2009), as quais foram relevantes neste contexto, como: a diplomacia, as alianças, o direito internacional e a soberania. Essas Instituições Internacionais, segundo Buzan (2009), constituem suas relações mútuas para reconhecer práticas compartilhadas, terem um papel constitutivo e durável na cooperação internacional, visando reduzir as ameaças e as incertezas às vulnerabilidades hídricas e ambientais em questão. Vale ressaltar que essa cooperação internacional ora citada, faz parte do arcabouço de características da teoria do complexo de segurança. A cooperação entre os Estados se tornou mais ampla e mais frequente nas relações internacionais das últimas décadas (idem, 2009).

3. Considerações finais

Tendo em vista que a segurança é um termo que possui diferentes significados para diferentes grupos de pessoa, em diferentes momentos e situações, torna-se fundamental compreender como se dá o processo de securitização da Bacia do Rio Jordão. Para as perguntas lançadas inicialmente: “o que é segurança?”, “quem define segurança?”, “quais atores estão envolvidos neste processo?” e “o que se caracteriza como ameaça à segurança?”; podemos dizer que segurança nesse caso é a segurança ambiental, mas também se trata de uma segurança econômica, militar e política de uma região. O que caracteriza como ameaça à segurança nesse caso, é a disputa pelas águas transfronteiriças do Rio Jordão para a sobrevivência das populações dos Estados que compartilham essa bacia: Síria, Israel, Líbano e Jordânia. A dependência de um recurso essencial para esses países fazem com que os mesmos sejam os atores envolvidos neste processo de securitização. Os EUA, no papel de Estado *Overlay* e interventor na tentativa de negociar e solucionar o conflito pode ser visto como o ator que define tal ameaça à segurança, quando tratou o assunto com relevância e urgência, enviando um negociador para a região. Dessa forma, os EUA constroem uma situação considerada como um problema de segurança, que necessita de medidas emergenciais, ao intervir no mesmo. Entendemos que, os EUA podem ser visto como o agente securitizador da temática do complexo de segurança em questão, que tem como audiência e aceite do discurso securitizador, os próprios Estados que compartilham a Bacia do Rio Jordão.

Segundo a Teoria da Securitização, pode-se dizer que devido à escassez de água no Oriente Médio e a relevância da bacia no contexto da região citada, qualquer disputa por esse recurso causa uma ameaça

aos países que dependem e a compartilham. Dessa forma, essa população, pode ser vista como uma audiência de um processo de securitização de tal recurso, tendo em vista que elas aceitam a ideia construída de que o Rio Jordão é fundamental para a preservação do ator político.

O Complexo de Segurança Regional é formado a partir de todas as características dos padrões básicos que constroem tal, conforme apresentado: padrões de amizades e inimizades entre os países que compartilham este recurso, a presença de potências externas e do *Overlay* Regional, o arranjo das unidades e a distribuição de poder entre elas, as instituições primárias relevantes, as fronteiras bem definidas e as mudanças estruturais na região. Todos esses aspectos do Rio Jordão analisados neste artigo, demonstram o papel dos poderes globais na região, para securitizar o tema, transformando a Bacia em um Complexo de Segurança Regional.

As discussões ambientais ganharam grande espaço e destaque nos últimos anos nas Teorias tradicionais de Relações Internacionais, como no caso da Segurança

Internacional. As relações internacionais se desenvolveram dentro de diferentes contextos político-econômicos e durante muito tempo o aspecto político ocultava as finalidades econômicas através de estratégias militares com objetivos de defesa territorial.

Nessa perspectiva, o meio ambiente, principalmente no que diz respeito a tentativas de valoração de recursos naturais, está sendo contemplado como foco de estudos e pesquisas acadêmicas, influenciando negociações e decisões de cunho político ambiental. No caso dos recursos hídricos, notamos ser um tema que ganha destaque neste século, principalmente em diversas Conferências Internacionais e Publicações de Organizações Internacionais como um problema que ameaça a vida humana e merece maiores estudos e pesquisas. O intuito deste trabalho foi apresentar o estudo de caso das águas tranfronteiriças da bacia do Rio Jordão, com a finalidade de incentivar novas pesquisas envolvendo a temática de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, como ferramentas políticas importantes para se compreender como se constroem, a partir de tais recursos, as relações poder e de ameaças à segurança no Sistema Internacional.

Referências

- Adelman, G. *The Writing is on the Wall*, 04 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.faithfreedom.org/articles/political-islam/the-writing-is-on-the-wall/>> Acesso em 17 de Julho de 2012.
- Aron, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.
- Barbosa, L. M. *Explorando a Construção de Ameaças: A securitização das mudanças climáticas no sistema internacional*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008. Dissertação.
- Buzan, B. *People, States, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Hemel Hempstead: Harvester, 1991.
- , B. Rethinking Security After The Cold War. *Cooperation and Conflict*, v.32, n.1, 1997, p. 5-28.
- , B.; Waever, O.; Wilde, J. de. *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.
- , B.; Wæver, O. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- , B. *International Society and the Middle East English School Theory at the Regional Level*. Palgrave: New York, 2009.
- Brecher, M. International relations and asian studies: the subordinate state system of Southern Asia. *World Politics*, v. 15, n. 2, 1963.
- Bressan, D. 'Natureza e gestão racional: uma leitura para o terceiro mundo', in Bressan, D., *Gestão racional da natureza*, São Paulo, Hucitec, 1996, p.75-100.
- Haas, M. International subsystems: stability and polarity. *American Political Science Review*, v. 64, n. 1, 1970.
- . *International Conflict*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1974.
- Lowi, M. R. L. *Water and Power: The Politics of a Scarce Resource in the Jordan River Basin*. Cambridge University Press, 1993.
- Machado, L. O. e Steiman, R. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão históricogeográfica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

Mathews, J. T. Redefining Security. *Foreign Affairs*, v. 68, n. 2, 1989.

Mcdonald, M. *Discourses of Security and Environmental Change*. University of Birmingham, trabalho apresentado na Conferência da ISA (International Studies Association) no Hawaii, Março 2005. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/0/7/2/1/6/pages72165/p72165-1.php Acesso: 23 de Outubro de 2012

Raffestin, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Sánchez, J. E. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

Schulz, M. 'Turkey, Syria and Iraq: A Hydropolitical Security Complex', in Ohlsson, L. (Ed.) *Hydropolitics: Conflicts over water as a Development Constraint*. London: Zed Books, 1995.

Tanno, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. *Revista Contexto Internacional*, vol.25, n.1, Rio de Janeiro, Jan/June 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292003000100002&script=sci_arttext. Acesso 14 de Novembro de 2012.

Thomas, C. *In search of security: The Third World in international relations*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1987.

United Nations Development Programme. *Human Development Report, New Dimensions of Human Security*. New York, Oxford University Press, 1994. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/chapters/>. Acesso 30 de Maio de 2012.